

ANÁLISE CURRICULAR: OLHARES CONTEMPORÂNEOS NA EDUCAÇÃO DO/NO CAMPO

Profa. Dra. Mariângela Fighera¹

Prof. Dr. Rodrigo Dalosto Smolareck¹

INTRODUÇÃO

O estudo desenvolvido no decorrer deste artigo é parte do projeto de pesquisa bibliográfica que discutiu o currículo e o ensino híbrido nas escolas do campo. A pesquisa foi realizada com o objetivo de buscar elementos que subsidiassem a discussão e construção coletiva de uma proposta pedagógica que respondesse as especificidades da Educação do Campo.

A pesquisa foi realizada sob a concepção da pesquisa bibliográfica e envolveu dois importantes momentos: o do diagnóstico e construção do referencial teórico, que objetivou discutir a reformulação do Projeto Político Pedagógico das escolas do campo, sob um novo patamar teórico metodológico do currículo.

O diagnóstico foi realizado nas escolas do campo da rede municipal de Caçapava do Sul-RS, a partir da minha inserção como professora e supervisora neste município e considerando a necessidade e pertinência de um levantamento de dados referente ao objeto de estudo ora em questão, o currículo destas escolas e sua articulação com o Projeto Político Pedagógico, em tempos de pandemia.

A realização da pesquisa se desenvolveu em dois importantes momentos. O primeiro com objetivo de diagnosticar a relação do currículo com o P.P.P. por compreendermos que

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

o Projeto Político Pedagógico é instrumento referência para a implementação de um novo Plano de Estudo nas escolas do campo uma vez elaborado, pelas próprias escolas, no ano de 2017. O intuito subjacente a este processo de pesquisa, o de materializar uma Educação do Campo nas escolas de Caçapava do Sul foi apoiado nos princípios da pesquisa bibliográfica. Portanto, desde a elaboração do diagnóstico quanto da concretização das ações propostas estiveram ancoradas nesta metodologia de pesquisa. Isso por entender que numa pesquisa bibliográfica, propicia uma interação dialética entre teoria e prática. Ainda porque valoriza os diferentes saberes e proporciona aos grupos populares compreenderem seus problemas e buscar alternativas para solucioná-las. (BRANDÃO, 1999)

Este trabalho se desenvolveu e envolveu a busca de referenciais que contemplassem bibliografias correspondente à Educação do Campo, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), Diretrizes Operacionais para Educação Básicas nas Escolas do Campo, dados estatísticos e documentos oficiais como os Planos de Estudos e Projeto Político Pedagógico das escolas ora em discussão.

Assim foram sendo construídas compreensões que foram solidificando as discussões e apontando para as possibilidades legais da referida discussão. Encontramos amparo na própria LDB 9.394/96 da Educação Nacional que traz implícita a ideia de que a aprendizagem e o conhecimento do aluno é que devem esboçar a organização escolar, porque deve incentivar o estudante a decifrar, usufruir e reconstruir o mundo em que está inserido, para que ele seja capaz de ter uma visão ampliada do real vivido e das formas adequadas para sua transformação.

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

Também apoiada no pressuposto de que o processo de aprendizagem precisa fundamentar-se em circunstâncias favoráveis para que o sujeito construa sua própria identidade e desenvolva suas potencialidades. Desta forma, a educação concorre e contribui para que o indivíduo encontre condições objetivas e favoráveis ao desenvolvimento de uma consciência crítica.

Historicamente, os sujeitos do campo foram e são ainda marcados por exclusões e desigualdades e por uma tendência de considerar a população que vive no campo como parte atrasada e fora do lugar almejado pela modernidade (ARROYO, 2004).

Garantir acesso a uma educação de qualidade, voltada aos interesses da vida no campo é direito dos sujeitos que lá vivem e trabalham. Por isso de fundamental importância colocar em prática uma proposta educativa que ali se desenvolva vinculada e combinada com novas e específicas estratégias de desenvolvimento do campo.

CONTEXTO PANDÊMICO: RECONSTRUÇÕES E PERSPECTIVAS EDUCATIVAS

Vivemos um contexto de pandemia, devido ao corona vírus. Vários foram os desafios encontrados na comunidade escolar das escolas do campo, como acesso à internet, dificuldade de transporte para buscar as atividades remotas na escola, desemprego dos pais, medo de contrair o vírus, entre outros problemas de ordem emocional.

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

Assim as inquietações foram aumentando e a curiosidade de aprofundar os conhecimentos na área da formação continuada, principalmente com enfoque no currículo me levaram a elaborar esta pesquisa bibliográfica.

O primeiro desafio é perceber qual projeto de educação está sendo oferecido ao meio rural e que educação está presente nessa oferta. A educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada. Mas, sobretudo, deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói referências culturais e políticas para a intervenção das pessoas e dos sujeitos sociais na realidade (ARROYO, 2004)

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) traz como finalidade o pleno desenvolvimento dos estudantes e seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Ela garante o cumprimento imediato do instituído em artigos que tratam das possibilidades de organização pedagógica, abre espaço e possibilidade para que se implemente uma escola do campo. Assim, no artigo 23 encontramos que:

A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar.

§ 2º O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Na organização curricular segundo a LDB, Art. 26:

Os currículos do ensino fundamental e médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela.

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

Na Lei encontramos garantias para as especificidades de organização de escolas rurais, ou seja, na letra da lei no Art.28 diz que é possível a escola buscar uma organização própria.

Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural.

O MEC (Ministério da Educação e Cultura) e o CNE (Conselho Nacional da Educação) vêm estabelecendo políticas públicas, por pressão e força dos movimentos sociais organizados, que propalam respostas às necessidades do campo. Pressuponho que estas leis e resoluções, podem abrir um importante caminho, que poderá ser seguido, na construção de uma sociedade mais justa e igualitária, onde a cidadania possa ser o alicerce, de uma educação democrática de qualidade para todos.

Destaco que de um lado, do ponto de vista, do aparato legal, temos tido um grande avanço, no sentido de colocar a educação do campo na agenda legal e governamental. Por outro, contraditoriamente, o que se vê na prática cotidiana é a implementação do controle do Estado sobre o ensino público, que estabelecendo um padrão nacional para a organização e funcionamento das escolas sem prévia consulta da comunidade e dos sujeitos envolvidos homogeniza, padroniza e desqualifica as singularidades que provém da especificidade da cultura dos diferentes grupos sociais. Contrariando na prática o que diz o Art.28 da LDB, o qual fundamenta a organização das escolas do campo.

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

O Conselho Nacional de Educação, através da resolução CND/CEB1, de 03 de Abril de 2002, institui as Diretrizes Operacionais para Educação Básicas nas Escolas do Campo no Art. 10. O projeto institucional das escolas do campo, considerado o estabelecido no artigo 14 da LDB, que garante às escolas uma gestão democrática, o que pode vir a constituir-se em mecanismo que possibilite estabelecer relações entre a escola, a comunidade local, os movimentos sociais, os órgãos normativos do sistema de ensino e os demais setores da sociedade.

A resolução CNE/CEB nº. 1, de 03/04/2002 estabelece Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas no Campo e reconhece que o campo deve ser considerado território de programação e investimentos técnicos e pedagógicos diferenciados, superando a cultura arraigada historicamente na sociedade brasileira que imagina o campo ou como espaço exótico ou ambiente marcado pelo atraso, por incapacidade natural de seus habitantes (ARROYO,2004).

O campo é diverso, ou seja, é um espaço que agrega uma pluralidade de sujeitos, porque uma pluralidade de formas de produção da vida. Assim:

O campo tem diferentes sujeitos. São pequenos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, reassentados, ribeirinhos, povos da floresta, caipiras, lavradores, roceiros, sem-terra, agregados, caboclos, meeiros, boia-fria, ¹e outros grupos mais. Entre estes há os que estão ligados a alguma forma de organização popular, outros não; há ainda as diferenças de gênero, de etnia, de religião, de geração; são diferentes jeitos de produzir e de viver; diferentes modos de olhar o mundo, de conhecer a realidade e de resolver os problemas; diferentes jeitos de fazer a própria resistência no campo; diferentes lutas (CALDART, 2002, p.21).

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

Ante a diversidade, é cada vez mais importante a mediação do professor, enquanto categoria profissional e enquanto sujeito que pensa e explicita valores e objetivos educativos a partir do tencionamento da realidade social de inserção. Segundo Moreira

[...] quer rejeitemos ou aceitemos a diferença, quer pretendamos incorporá-la à cultura hegemônica, quer defendamos a preservação de seus aspectos originais quer procuremos desafiar as relações de poder que a organizam, não podemos, em hipótese alguma, negá-la. [...] queiramos ou não vivemos em um mundo inescapavelmente multicultural. (2013, p.84-85).

Num país como Brasil, com toda a sua diversidade cultural, é impossível continuar alheio a isso. Sabendo que, pois, pressupomos que não existe uma cultura superior a outra, mas sim culturas diferentes. É assim, que entendo a educação do campo. Uma educação que se fundamenta em práticas, vivências que decorrem da forma específica, a partir da qual os agricultores produzem e produzem-se.

DILEMAS PEDAGÓGICOS EMERGENTES

Os desafios dos professores se agigantam frente as especificidades da Educação do Campo, impõe-se uma luta incessante em defesa da igualdade de direitos à educação de qualidade, exigindo políticas específicas e afirmativas para os sujeitos do campo, considerando que estes possuem uma vida diferenciada dos sujeitos urbanos.

Historicamente, a educação para os sujeitos do campo tem sido marginalizada frente a inexistência de políticas públicas específicas. A educação do campo foi recentemente colocada na agenda oficial dos governos e decorreu de muita luta demanda pelos Movimentos Sociais do Campo. O que muito se vê são currículos essencialmente urbanos,

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

totalmente contrários às necessidades e realidades do meio rural (CALDART, 2002).

Segundo a autora: “a cultura reproduzida na escola é a cultura da classe social que detém o poder. A cultura rural não é considerada como cultura dominante, razão pela qual não figura no currículo” (GRITTI, 2003, p.133-134).

Desta forma, a escola, o currículo e os professores do campo refletem a realidade do urbano. Mas, os sujeitos do campo têm reagido, procuram compreender a realidade na qual vivem e, bem como, as contradições e possibilidades que emergem dos seus movimentos, do campo. Que neste processo constroem uma nova proposta de educação, que se pretende seja implementada nas escolas. Acredito que aliado a este processo e a busca de interação com os movimentos sociais teríamos elementos importantes para lapidarmos questões relativas à escola. Segundo o autor:

[...] se trata de elaborar uma proposta educativa que enfrente a precarização das condições existenciais da escola do campo, alicerçada na preocupação de elaborar um novo projeto de aprendizagem para essas escolas situado num campo aberto as necessidades populares dos diferentes sujeitos, como também à construção de um planejamento no âmbito da relação entre o poder público, sociedade e universidade (HAGE,2010, p. 32).

Compreendo que uma interação entre movimentos sociais e educação do campo contribui para que se discuta e se avance nas questões que se colocam, relativas à escola rural, ou seja, aquela educação imposta, estranha e com objetivos de dominação pode sucumbir frente a experiência dos movimentos sociais articulada com as escolas que situam-se no campo, no sentido de constituir uma educação do Campo.

Na análise dos P.P.Ps. das escolas do campo os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais) não aparecem, mas são especificados nos Planos de Estudos em forma de conteúdos, habilidades e competências, não contemplando as especificidades das escolas

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

do campo. Ou seja, pode-se observar uma discrepância entre um Projeto Político Pedagógico, que foi construído, com um certo protagonismo dos sujeitos envolvidos, e os Planos de Estudos que são realizados. Então, constata-se um avanço, por pequeno que seja, nos P.P.Ps. e um “retrocesso” na implementação de um projeto de educação do campo.

Penso que se os P.P.Ps. trouxessem explicitamente questões de ordem metodológica que representasse para o professor um apoio para elaborar seu plano de trabalho e também contemplassem normas para a realização dos conselhos de classe e as normas de convivência, os Parâmetros Curriculares Nacionais seriam colocados em segundo plano e os professores iriam construindo sua autonomia e buscando um Plano que dê conta de uma educação do Campo em contraposição a uma educação do agronegócio.

A Educação do Campo é um desafio para toda sociedade, mas, infelizmente, o modelo escolar ideal ainda está longe de ser alcançado. Porém, o campo é um lugar de muitos saberes e que para alcançar a qualidade na educação, faz-se necessário conhecer e acreditar nos sujeitos, em suas potencialidades, reconhecendo/conhecendo sua realidade e seu ambiente. Para ser um educador do campo será preciso encarar o desafio e fazer valer o direito à educação aos sujeitos do campo como vem sendo colocado e propalado pelos movimentos sociais do campo. Lutar para que novas e reais oportunidades de autorrealização pessoal e profissional se materializem, atendendo as especificidades do homem e o seu direito a terra, a educação e uma vida digna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

Considerando o objetivo da pesquisa bibliográfica, na síntese dos resultados obtidos na análise das observações realizadas no contexto escolar, tornar-se possível formular algumas considerações sobre o estudo desenvolvido.

Entendemos que é necessário discutir o currículo das escolas do campo no município de Caçapava do Sul-RS, relacionados ao P.P.P. da escola para compreender que projeto de escola se concretiza, observando as suas especificidades de escolas do campo. Através da pesquisa foi possível detectar os problemas e refletir sobre o contexto e o currículo das Escolas do Campo desencadeando discussões em torno de questões como: a realidade: econômica, política, cultural, condições de vida dos estudantes e condições das escolas; papel da educação escolar e da escola do campo; currículo escolar, a interdisciplinariedade, método no processo ensino aprendizagem e avaliação; gestão democrática; o papel do planejamento coletivo na escola; o P.P.P. e a organização do trabalho pedagógico da escola. Por entender que estas são discussões fundamentais para que se possa pensar em rediscutir e reformular o P.P.P. das escolas do Campo, sob a perspectiva do paradigma da Educação do Campo.

Esta pesquisa teve a intenção de subsidiar e de continuar o diálogo e contribuir no processo de reconstruir/construir o Projeto Político Pedagógico e os currículos das escolas do campo com uma metodologia de “encontros dialógicos”. Este procedimento é inspirado e respaldado no teórico Paulo Freire, que afirma que a essência da prática educativa problematizadora é o diálogo, onde através da palavra os sujeitos se humanizam. Com a intenção de formar sujeitos capazes de exercitar a leitura, atribuir significados, analisar suas práticas e discutir com os outros é que sentimos a necessidade de realizar atividades pedagógicas que contemplem a dialogicidade e que possibilitem a apropriação e discussão teórica necessária para a tarefa de rediscussão e reformulação dos P.P.Ps.

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Rocha Maria Isabel; HAGE, Salomão Mufarrej. *Escola de Direito: Reiventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte. Autentica Editora, 2010. (Coleção Caminhos da Educação do Campo)

ARROYO, Miguel Gonzalez, Roseli Salete Caldart, Monica Castagna Molina, (org.) *Por uma educação do campo*. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

ARROYO, Miguel Gonzalez e FERNANDES, Bernardo Mançano. *A educação básica e o movimento social do campo* / Miguel Gonzalez Arroyo e Bernardo Mançano Fernandes. – Brasília, DF: Articulação Nacional Por Uma Educação Básica do Campo, 1999. Coleção Por Uma Educação Básica do Campo, n.º 2.

BRANDÃO, Carlos R. (Org.). *Repensando a Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 1999.

BRASIL. *Constituição. República Federativa do Brasil*. 1988. Ministério da Educação.

BRASIL. LDB, *Lei 9394/96 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: 1996.

CALDART, Roseli S. *Por uma educação do campo: traços de uma identidade em construção*. In: *Educação do campo: identidade e políticas públicas – Caderno 4*. Brasília: Articulação Nacional “Por Uma Educação Do Campo” 2002.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

_____. *Pedagogia do Oprimido*. 13. ed. Rua de Janeiro, Paz e Terra. Coleção: O mundo, Hoje, v.21. 1983

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEPP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEPP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com

GRITTI, Silvana Maria. *Educação rural e capitalismo*. Passo Fundo: UPF, 2003.

HAGE, Salomão M. ROCHA, Maria Isabel A. *Escola de Direito: reiventando a escola multisseriada*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010. Coleção Caminhos da Educação do Campo.

LIMA, T.S.C.; MIOTO, R. C. T.; DAL PRÁ, K. R. *A documentação no cotidiano da intervenção dos assistentes sociais: algumas considerações acerca do diário de campo*. Revista Virtual Textos & Contextos, v. 7, 2007.

MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa. *Currículo e programas no Brasil*. 18ª Ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 2012. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

MOREIRA, A. F. B. (Org.) *Currículo: Políticas e Práticas*. 13ª Ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

_____ *Currículo: Questões Atuais* 18ª Ed. Campinas. São Paulo: Papirus, 2013. (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

RESOLUÇÃO CNE/CEB 1, DE 3 DE ABRIL DE 2002. (*) *Institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo*.

RIBEIRO, Marlene. *Política educacional para populações camponesas: da aparência à essência*. Revista Brasileira de Educação, v. 18, n. 54 de jul.-set. 2013, p. 669-691.

VEIGA, Ilma Passos A. (org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. Campinas: SP. Papirus, 2004.

¹Doutora em Planejamento e Gestão da Educação. Membro titular do Grupo de Pesquisa IAEP. Endereço eletrônico: figheraster@gmail.com

²Doutor em Psicanálise e Educação. Pós-Doutor em Psicanálise e Ciências da Educação. Líder do Grupo de Pesquisa do IAEP. Endereço eletrônico: rodrigo.dialogos@gmail.com